

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR. 10467/002.487/91-89

JMF

Sessão de 27 de janeiro de 1994

ACORDAO NR. 102-28.796

Recurso nr.: 76.293 - PIS DEDUÇÃO - EX: 1988

Recorrente : ADEGA DO ALFREDO LTDA

Recorrida : DRF - JOAO PESSOA - PB

DECORRENCIA - Tratando-se de lançamento reflexivo, a decisão proferida no processo matriz se aplica ao julgamento do processo decorrente, dada a íntima relação de causa e efeito que vincula um ao outro. Recurso Improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ADEGA DO ALFREDO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 1994

PEDRO DARIO COELHO SAMPAIO

- PRESIDENTE

FRANCISCO DE PAULA CORREA CARNEIRO GIFFONI - RELATOR

VISTO EM

DENIO SILVA THE CARDOSO

- PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

SESSAO DE: 22/02/94

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: Waldevan Alves de Oliveira, Kazuki Shiobara, Ursula Hansen e Júlio César Gomes da Silva. Ausentes, justificadamente os Conselheiros: Maria Clélia de Andrade Figueiredo e Carlos Roberto Monteiro Bertazi.

MINISTERIO DA FAZENDA 2
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR. 10467/002.487/91-89

RECURSO NR.: 76.293

ACORDAO NR.: 102-28.796

RECORRENTE : ADEGA DO ALFREDO LTDA

R E L A T O R I O

O presente processo trata de Auto de Infração de fls.03(PIS-DEDUÇÃO), lavrado em 29/08/91, contra ADEGA DO ALFREDO LTDA, CGC N. 09.292.020/0001-58, jurisdicionada à Delegacia da Receita Federal em JOAO PESSOA - PB, formalizando a exigência de Cr\$ 127.006,21 no valor originário de Cr\$ 50.650,96, acrescido dos correspondentes gravames legais, sendo a multa fixada em 50%.

O contribuinte, tempestivamente, apresentou sua impugnação em 02/09/91(flz.07), fundamentando suas alegações nas razões apresentadas no processo matriz.

A decisão de primeira instância, de N. 285/92 foi proferida às fls. 31, e, em consonância com o decidido no processo matriz, o lançamento foi julgado parcialmente procedente.

Ciente da decisão singular em 05/12/92(flz.35), o contribuinte interpôs recurso voluntário em 29/12/92, reiterando, em suas Razões, anexadas as fls.38/67, os argumentos formulados na fase impugnatória.

O recurso foi lido integralmente em Plenário.

É o relatório.



PROCESSO NR.10467/002.487/91-89

ACORDAO NR. 102-28.796

V O I O

Conselheiro Francisco de Paula Corrrea Carneiro Giffoni, Relator:

Estando o recurso revestido de todas as formalidades legais, dele tomo conhecimento.

A exigência fiscal constante deste processo é decorrente da que foi apurada no processo matriz N. 10467/002.486/91-16.

O recurso interposto no processo acima mencionado foi submetido à apreciação desta Câmara em sessão realizada em 25/01/94, e, conforme faz certo o Acórdão N. 102-28.760 foi julgado totalmente improcedente.

Nas razões de recurso voluntário anexadas ao presente processo, a Recorrente revela seu reconhecimento de que a exigência fiscal decorre daquela formalizada no processo matriz, não tendo apresentado qualquer nova razão ou prova que infirmasse o acerto da decisão proferida.

Considerando o princípio adotado neste Conselho de Contribuinte, de que o decidido no processo matriz constitui relação de causa e efeito que vincula um ao outro, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Brasília (DF), 27 de janeiro de 1994


Francisco de Paula Corrrea Carneiro Giffoni - Relator